

Na guerra e na paz: a saga de Elisa Branco – mulher e comunista (1950-1951)¹

In war and peace: the saga of Elisa Branco – woman and communist (1950-1951)

Jorge Ferreira²

jorge-fer@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3330-8947>

Resumo: No desfile militar do Dia da Independência de 1950, na cidade de São Paulo, a militante comunista Elisa Branco Batista protestou contra a possibilidade de envio de soldados brasileiros para lutar na Guerra da Coreia. Ela foi presa e condenada. Recorrendo aos jornais *Diário da Noite*, *Imprensa Popular*, *Voz Operária* e ao Acervo do DEOPS, sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, o objetivo do artigo é conhecer período importante da vida de Elisa Branco Batista, no contexto da linha política estabelecida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) no “Manifesto de Agosto de 1950” e da atuação dos comunistas brasileiros nas campanhas pela paz, no início daquela década. O PCB, por meio de sua imprensa, elaborou narrativas sobre Elisa que enfatizavam sua coragem, heroísmo e ousadia. Ao mesmo tempo, os jornais comunistas reproduziam normas, padrões e convenções tradicionais sobre a existência feminina na sociedade brasileira. A imagem que surgia de Elisa era a da militante comunista que deveria servir de exemplo para todos os membros do partido, as mulheres em particular, atuando como mãe, esposa e dona de casa no espaço privado e militando em movimentos políticos e sociais no espaço público. Apesar de seu nome ser muito conhecido entre a militância comunista na primeira metade dos anos 1950, Elisa Branco, posteriormente, tornou-se ausente na memória dos militantes e na historiografia sobre o Partido Comunista Brasileiro.

Palavras-chave: Elisa Branco Batista; Partido Comunista do Brasil; comunismo no Brasil; Campanhas pela Paz; Guerra da Coreia.

Abstract: At the 1950 military parade on Independence Day in the city of São Paulo, communist activist Elisa Branco Batista protested against the possibility of sending Brazilian soldiers to fight in the Korean War. She was arrested and convicted. Using the newspapers *Diário da Noite*, *Imprensa Popular*, *Voz Operária* and the collection of DEOPS under the custody of the Public Archives of the State of São Paulo, the article’s objective is to discover an important period in the life of Elisa Branco Batista, in the context of the political line established by the Communist Party of Brazil (PCB) in the “Manifesto de Agosto de 1950” and of the performance of Brazilian communists in the campaigns for peace, in the beginning of that decade. The PCB, through its press, developed narratives about Elisa that emphasized her courage, heroism and daring. At the same time, communist newspapers reproduced traditional norms, standards and conventions on the existence of women in Brazilian society. The image that emerged of Elisa was that of the communist activist who should serve as an example for all members of the party, women in particular, acting as a mother, wife and housewife in the private

¹ A pesquisa obteve financiamento do CNPq.

² Pesquisador 1 do CNPq. Professor aposentado da Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade. Instituto de História. Rua Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n, Bloco O, Campus do Gragoatá. Niterói, 24210-200, Rio de Janeiro, Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. Rua José Lourenço Kelmer. Campus Universitário. Juiz de Fora, 36036-900, Minas Gerais, Brasil.

space and working in political and social movements in the public space. Although her name was well known among communist militants in the first half of the 1950s, Elisa Branco later became absent in the militants' memory and in the historiography about the Brazilian Communist Party.

Keywords: Elisa Branco Batista; Communist Party of Brazil; Communism in Brazil; Campaigns for Peace; Korean War.

No dia 7 de setembro de 1950, ocorreram as comemorações do 128º ano da independência do Brasil. Durante o desfile militar na cidade de São Paulo, houve um conflito entre policiais e um grupo de militantes comunistas. Não se sabe exatamente como foi a escaramuça. No jornal *Voz Operária*, órgão oficial do Partido Comunista do Brasil (PCB), nada foi noticiado.

Na imprensa de São Paulo, tampouco houve menção ao acontecido nos jornais *Correio Paulistano* e *Jornal de Notícias*. No *Diário da Noite*, no entanto, encontramos uma pequena nota sobre o episódio. Nada de surpreendente, considerando-se que este jornal tinha a prática de noticiar prisões de militantes comunistas.

Pelo *Diário da Noite*, o leitor ficou sabendo que, durante o desfile militar, agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) prenderam uma dezena de militantes comunistas que distribuía panfletos “considerados subversivos”. Mais ainda, afirmava o jornal: “Alguns dos presos também procuraram por meio de pequenos comícios chamar a atenção do povo para a situação da Guerra na Coreia, com o intuito de provocar distúrbios”. Ainda segundo a matéria, todos foram detidos para averiguação. Depois de ouvidos, eles seriam postos em liberdade (*Diário da Noite*, 1950a).

As perseguições aos comunistas eram comuns naquele momento, sobretudo após o Tribunal Superior Eleitoral tornar o PCB ilegal, em maio de 1947. Contudo, algo a mais aconteceu naquele episódio do que simplesmente a distribuição de panfletos e comícios-relâmpagos. Uma das militantes que fazia parte do grupo de mulheres comunistas, Elisa Branco, abriu uma faixa com a seguinte mensagem: “Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coreia”. Elisa se referia à guerra que ocorria na península coreana e à possibilidade de o governo brasileiro enviar soldados para integrar a coalizão militar liderada pelos Estados Unidos no conflito.

A atitude de Elisa Branco não mereceu registro na grande imprensa. *Diário da Noite* não noticiou a abertura

da faixa. Nem mesmo o jornal do PCB, *Voz Operária*, relatou o episódio. O ato de protesto de Elisa não se tornou merecedor de registro nos meios de comunicação – conservadores ou comunistas. Mas apenas por pouco tempo. Logo ela se tornaria notícia nas páginas dos jornais do PCB.

O artigo tem como objetivo conhecer um período importante da vida de Elisa Branco Batista no contexto de atuação dos comunistas brasileiros nas campanhas pela paz, no início dos anos 1950. Seu nome tornou-se muito conhecido entre a militância. O PCB, por meio da imprensa do partido, elaborou narrativas sobre Elisa que enfatizavam sua coragem, heroísmo e ousadia. Ao mesmo tempo, as narrativas reforçavam representações tradicionais da existência feminina em sociedade. Surgia, desse modo, a imagem da militante comunista que deveria servir de exemplo para todos os membros do partido, as mulheres em particular.

Com seu ato de protesto no Vale do Anhangabaú e a posterior prisão, Elisa esteve presente nas páginas da imprensa comunista, sobretudo em dois jornais do partido: *Voz Operária* e *Imprensa Popular*, aos quais eu recorri para a pesquisa.³ Também obtive informações no acervo do DEOPS, sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

A historiografia brasileira tem se dedicado à pesquisa sobre a atuação das mulheres na sociedade, resultando em vasta e rica produção sobre o que ficou conhecido como História das Mulheres. No entanto, Theófilo Rodrigues, com razão, afirma que há um ponto cego no estado da arte da historiografia voltada para a participação política das mulheres no Brasil. “Trata-se das mulheres comunistas”, afirma o autor, “daquelas que se organizaram ao longo da história no Partido Comunista do Brasil”. Segundo Theófilo, elas não tiveram a mesma atenção dos historiadores no processo de construção de sua identidade e do direito à memória (Rodrigues, 2019, p. 12). O artigo, portanto, está afinado com as iniciativas

³ Outro importante jornal comunista é *Hoje*, fundado em outubro de 1945 e editado na cidade de São Paulo. Com a cassação do registro do partido, em 1947, o jornal mudou o título para *Notícias de Hoje*. Diversas edições estão sob guarda do Centro de Documentação de Memória da UNESP (CEDEM). Em resposta à consulta que fiz ao CEDEM, a funcionária do arquivo, muito solícita e atenciosa, deu o seguinte retorno: “Respondendo a sua dúvida sobre o jornal *Hoje*, do PCB, publicado em São Paulo, temos alguns volumes anteriores a 1953, disponível apenas para consulta local. São duas edições de 1945 (a edição de 06/10/45 é a única digitalizada e disponível para download no site). Duas de 1946, seis edições de 1947 e uma edição de 1948. Há muitas falhas, como se pode imaginar. Devido à pandemia, todas as atividades presenciais do CEDEM estão suspensas por tempo indeterminado, inclusive o atendimento ao pesquisador.” E-mail recebido em 1º de fevereiro de 2021. Como o artigo dedica-se aos anos de 1950 e 1951, eu não pesquisei no jornal. E nem poderia devido à pandemia de COVID-19.

do pequeno conjunto de historiadores que se voltaram para a atuação das mulheres na militância do PCB (Cruz e Silveira, 2018; Nunes, 2019; Rodrigues, 2019; Schmidt, 2006; Soihet, 2013; Tavares, 2009; Torres, 2010; Zeni, 2008) e tem por objetivo contribuir para a superação dessa lacuna historiográfica.

Vale observar que Elisa Branco não é personagem da historiografia sobre o PCB e nem aparece nas memórias e nas autobiografias de militantes destacados do partido. No entanto, ela permaneceu na memória de militantes de base, de pessoas comuns, que mantiveram sobre Elisa uma lembrança afetiva. Esse é o caso da Dona Brites, que, próxima aos 70 anos, foi entrevistada por Ecléa Bosi. Dona Brites afirma com segurança: “No dia em que se escrever a história do Partido Comunista, na primeira linha, tem que estar Elisa Branco” (Bosi, 1987, p. 285). No livro publicado originalmente em 1973 por Ecléa Bosi, Elisa permanece na memória de Dona Brites – mantém-se como “lembrança de velhos”, expressão que aparece no título do livro de Bosi. A “lembrança” de Dona Brites me alertou para a importância de Elisa Branco na história do PCB e dos comunistas brasileiros.

Tornando-se comunista

Elisa Branco nasceu em 1912, na cidade de Barretos, no interior de São Paulo. Ela não tinha completado 7 anos de idade quando o pai faleceu. Com o tempo, a situação financeira da família tornou-se muito precária e, aos 13 anos, ela deixou a escola quando cursava o quarto ano primário (atual Fundamental I) para trabalhar. Na máquina de costura, junto com a mãe, Elisa ajudava no sustento dos quatro irmãos. Em 1932, com quase 20 anos, casou-se com o operário Norberto Batista, de nacionalidade portuguesa. Elisa logo engravidou de uma menina chamada Florita e, a seguir, da segunda filha, Horieta (*Voz Operária*, 1953a).

Elisa nutria grande admiração por Luiz Carlos Prestes. Em outubro de 1945, o PCB obteve o registro legal. Como muitos outros militantes, Elisa entrou no partido pelo fascínio que mantinha por Prestes, sobretudo por sua liderança na coluna militar pelo interior do país nos anos 1920 (Bittencourt, 1996). Na época, eram comuns filiações ao PCB não tanto pela ideologia comunista, mas devido à profunda admiração por Prestes. Segundo Dulce Pandolfi, sobretudo nos anos 1940, o partido estimulou a associação entre a sua própria história e a de Prestes, resultando que, “para uma parcela da população brasileira, o PCB ficou conhecido como ‘o partido de Prestes’” (Pandolfi, 1995, p. 128). Esse foi o caso de Elisa. Além disso, com o final da Segunda Guerra, os partidos comunistas europeus tornaram-se majoritários entre as esquerdas,

estando à frente dos movimentos de trabalhadores (Silva e Santana, 2007, p. 104). Eram tempos eufóricos por causa da vitória dos Aliados sobre as forças fascistas e nazistas. Além disso, a União Soviética obtinha grande prestígio internacional, sobretudo pelo esforço do Exército Vermelho na derrota da Alemanha nazista.

Elisa Branco, em 1945, aos 33 anos, filiou-se ao PCB em Barretos, estado de São Paulo. Ingressou no Departamento Feminino e, no ano seguinte, tornou-se vice-presidente do setor. Atuou como secretária do Comitê Municipal do partido, integrou o Comitê Popular Democrático do bairro em que morava, chefiou a célula Leocádia Prestes e participou ativamente do processo eleitoral de dezembro daquele ano, que escolheria o presidente da República (APESP, s.d.; Grabois 2011, Marta, 2007).

Guerra Fria e guerra quente

Para surpresa de Elisa Branco e de seus companheiros do PCB, em março de 1947, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, proferiu discurso considerado o marco inicial da Guerra Fria. O problema para os líderes soviéticos era que o governo de Truman possuía bombas nucleares, enquanto a União Soviética dispunha tão somente de armas convencionais (Berstein e Milza, 2007).

Essa guerra não seria convencional, como as duas anteriores, mas seria conduzida pela ameaça de artefatos nucleares. Enquanto os Estados Unidos dispunham de armas atômicas, a União Soviética somente obteve a sua em 1949. Na virada dos anos 1940 para os 1950, os Estados Unidos estavam à frente na produção de bombas nucleares. Portanto, a União Soviética não tinha condições de enfrentar uma guerra naqueles moldes.

O Brasil foi diretamente atingido pelo clima beligerante da Guerra Fria. O presidente Eurico Dutra alinhou o Brasil de maneira incondicional à política externa dos Estados Unidos e, em 1947, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética. Em maio daquele ano, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro eleitoral do PCB, tornando a sigla ilegal.

De repente, Elisa Branco ficou sem oportunidades de atuar abertamente na vida política em Barretos. Outro problema é que, na pequena cidade, ela certamente não encontrava oportunidades profissionais. Assim, no ano seguinte, em 1948, aos 36 anos de idade, ela e a família mudaram-se para a cidade de São Paulo (APESP, s.d.).

Mesmo com o partido na ilegalidade, Elisa continuou atuando na militância revolucionária, tornando-se presidente de honra da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP). A Federação era entidade civil que agregava diversos grupos de esquerda sob a influência

do PCB. Era espaço de debate de problemas vividos pelas mulheres paulistas, como a carestia, a jornada de trabalho, a educação e saúde pública, a participação na vida política, entre outras questões (Morente, 2015, p. 29).

Elisa também assumiu a vice-presidência do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz. Uma de suas tarefas era ficar em uma mesa na Praça do Patriarca com o objetivo de recolher assinaturas em listas de abaixo-assinados a favor da paz mundial e do desarmamento nuclear (Marta, 2007).

O grupo dirigente da União Soviética, sob a liderança de Stalin, promoveu, a partir de 1947, uma nova “linha geral”, conhecida como Movimento pela Paz, logo divulgada para todos os partidos comunistas. Segundo Jayme Ribeiro, o objetivo dos soviéticos era formar ampla frente contra os Estados Unidos, visando um novo arranjo mundial que fosse satisfatório à União Soviética no contexto da Guerra Fria. Congressos foram realizados em Paris e Praga, e, em 1950, surgiu a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas, também conhecida como Apelo de Estocolmo. O objetivo dos partidos comunistas de todos os países era recolher milhões de assinaturas em abaixo-assinados para encaminhá-los à Organização das Nações Unidas (ONU) exigindo a destruição de todas as armas nucleares. Apesar do protagonismo dos comunistas, Jayme Ribeiro ressalta que “as campanhas pela paz não foram inventadas pela URSS, mas, sim, foram aproveitadas por ela, já que traduziam os anseios de milhões de pessoas em todo o mundo” (Ribeiro, 2011, p. 21 e 79). Além disso, diversas personalidades e intelectuais conhecidos mundialmente, e que não tinham vínculos com o movimento comunista, participaram do movimento.

Em São Paulo, Elisa continuou atuando na Federação de Mulheres e nas campanhas pela paz. Em 7 de setembro de 1949, a militante conheceu pela primeira vez a prisão do DOPS ao tentar participar do I Congresso de Trabalhadores Têxteis do Estado de São Paulo, evento majoritariamente composto de operárias mulheres (APESP, s. d.).

Elisa Branco foi reconhecida por sua atuação dentro do Partido Comunista em São Paulo, razão pela qual foi escolhida para concorrer nas eleições de outubro de 1950 ao cargo de deputada federal pelo Partido Social Trabalhista (PST) (Diário da Noite, 1950b). O Partido Comunista lançava seus candidatos por outros partidos, o que, no jargão partidário, era chamado de “entrismo”.

Com a cassação do registro do partido, a linha política de União Nacional, moderada e de apoio ao governo, foi substituída por outra, de ultraesquerda. “O discurso do partido”, afirma Marco Aurélio Santana, foi “se tornando mais áspero, consolidando aquilo que seriam os marcos radicalizantes característicos do período” (2001,

p. 70). A nova linha política foi adotada oficialmente pelo PCB no documento conhecido como “Manifesto de Agosto de 1950”. O texto propunha a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional para realizar a revolução imediata, começando pela derrubada do governo Dutra, definido como uma “ditadura feudal-burguesa a serviço do imperialismo” (Rodrigues, 1983, p. 412-415). Na análise de Daniel Aarão Reis, “qualquer outra opção não passaria de ‘ilusão reformista’” (2014, p. 252). Para os dirigentes partidários, não havia contradição em defender a luta armada imediata e, ao mesmo tempo, promover campanhas pela paz. Os militantes deveriam se dedicar, concomitantemente, à guerra e à paz. “A luta pela paz debilitava as forças reacionárias que desejavam uma nova guerra mundial”, defende o mesmo autor (Reis, 2014, p. 259-260).

A partir daí, afirma Moisés Vinhas, o Comitê Central obrigou a militância a entrar para a clandestinidade e a se afastar dos movimentos sociais e dos sindicatos. O diálogo com a sociedade foi substituído pelo jargão revolucionário radicalizado. Os comunistas ficaram isolados da sociedade. Algumas campanhas, como as pela paz e a de “O Petróleo é Nosso”, impediram que o PCB desaparecesse do quadro político (Vinhas, 1982, p. 95-96). Não é casual, portanto, que Elisa Branco tenha participado ativamente das campanhas pela paz.

Foi nesse contexto que eclodiu a Guerra da Coreia. Em junho de 1950, o líder norte-coreano Kim Il Sung determinou que as forças militares de seu país invadissem a Coreia do Sul, visando unificar a península. O governo dos Estados Unidos não aceitou a invasão e, com apoio da ONU, formou contingente militar de 21 países, embora cerca de 88% dos soldados fossem estadunidenses (Lowe, 2011). Começava a primeira guerra quente da Guerra Fria: a Guerra da Coreia.

Foi nesses primeiros anos da Guerra Fria, em um cenário de contexto internacional conflituoso, que Elisa Branco e as companheiras da Federação de Mulheres se misturaram à multidão na parada militar de 7 de setembro de 1950, na capital paulista.

A ousadia de Elisa

No dia 7 de setembro de 1950, as comemorações do Dia da Independência na cidade de São Paulo seriam no Vale do Anhangabaú, com a realização de desfile militar. Para os comunistas, era o momento propício para divulgar sua campanha contra a guerra na Coreia e denunciar a possibilidade de envio de soldados brasileiros para lutar no conflito. As militantes da Federação de Mulheres se infiltraram na multidão para distribuir panfletos. Em momento combinado, Elisa, com ajuda das companheiras,

abriu uma faixa de 5 metros com os seguintes dizeres: “Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coreia”.

A forma de protesto não foi atitude isolada de Elisa Branco. Um comunista dificilmente tomaria iniciativa impactante por conta própria, sem a anuência do coletivo. Muito provavelmente a proposta foi tomada em conjunto pelas mulheres da federação. Não se sabe se Elisa Branco se apresentou ou se foi indicada pelas companheiras para abrir a faixa, mas sua atitude não foi individual. Tanto assim que ela não teria como abrir, sozinha, uma faixa de 5 metros. A militante, evidentemente, teve ajuda das companheiras.

Elisa foi detida pela polícia, assim como outras integrantes da federação. Os policiais encontraram em poder de Elisa panfletos cujos títulos eram “Ao coração das mães brasileiras” e “Soldados e marinheiros” (Marta, 2007). Naquele momento, ela não julgou que o protesto com a faixa fosse algo grave (Bittencourt, 1996). Estava equivocada.

Elisa foi levada para a sede do DOPS, onde ficou detida e incomunicável durante oito dias. Depois, foi transferida para a Casa de Detenção de São Paulo – conhecida como Carandiru – ficando ali à espera do trâmite do processo judicial.

Uma semana depois do episódio no Vale do Anhangabaú, o jornal paulistano *Diário da Noite* noticiou a situação de Elisa Branco. Como foi dito anteriormente, o periódico tinha a prática de publicar pequenas matérias sobre a prisão de comunistas. O intuito era denunciar as atividades dos militantes. Seja como for, o nome de Elisa surgiu na grande imprensa pela primeira vez no dia 15 de setembro – oito dias após a abertura da faixa.

Segundo a matéria, um advogado entrou com ação de *habeas corpus* na 1ª Vara Criminal para libertar Elisa Branco e outros quatro companheiros. O argumento usado na ação era que não fora expedida “nota de culpa” (*Diário da Noite*, 1950c) – 24 horas após a prisão em flagrante, a autoridade policial deveria entregar nota de culpa ao investigado que estivesse detido, comunicando-lhe oficialmente o motivo de sua prisão. O argumento do advogado era frágil, uma vez que, mesmo não tendo sido expedida a nota, o flagrante delito não seria anulado.

As informações prestadas pelo delegado responsável pelo inquérito ao juiz diziam que no dia 7 de setembro, por volta das 11h40 da manhã, próximo ao palanque oficial no Vale do Anhangabaú, durante os desfiles militares, Elisa Branco Batista fora presa porque

se conduzia inconvenientemente, exibindo faixa de pano, com dizeres considerados subversivos, a saber: “Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coreia”, nitidamente conhecidos como de propaganda do Partido Comunista do Brasil, na luta ilegal pela rearticulação dos seus adeptos,

tendentes a provocar desassossego e indisciplina nas Forças Armadas (Diário da Noite. 1950c).

O delegado relatou que encontrou com Elisa vários “boletins com dizeres conhecidos da propaganda comunista”. Ele ainda comunicou ao juiz que somente Elisa Branco estava presa e que os outros detidos haviam sido libertados. Segundo o *Diário da Noite*, o juiz da 1ª Vara Criminal examinaria o caso para emitir uma decisão (*Diário da Noite*. 1950c).

Vale reiterar que Elisa Branco foi citada em jornal da grande imprensa oito dias depois do ocorrido. O nome dela surgiu no veículo como notícia policial e de teor anticomunista ao mesmo tempo. A associação não foi casual. Uma das premissas do imaginário anticomunista é identificar seus partidários como representantes do “mal”. Portanto, afirma Rodrigo Motta, “nada mais natural que suas ações levassem ao caminho do crime” (2002, p. 63). Seja como for, as notícias da prisão e do *habeas corpus* tornaram-se públicas. O protesto do 7 de setembro não era mais ignorado. Muito certamente os comunistas já sabiam o que ocorrera. No entanto, não houve publicização em seus jornais. Mesmo com a notícia em *Diário da Noite*, durante mais de três meses, o jornal oficial do PCB, *Voz Operária*, não fez nenhuma referência à Elisa. Entre os comunistas, um silêncio pairava sobre ela.

Somente no dia 16 de dezembro uma matéria foi publicada em *Voz Operária* denunciando a prisão da militante. Elisa Branco foi apresentada pela primeira vez ao conjunto do partido, sendo descrita como “veterana militante operária paulista”, com “brilhante tradição de luta” e, por isso, “querida pelo proletariado de São Paulo”. O texto denunciou que ela estava presa – longe dos filhos, amigos e companheiros – e descreveu o episódio do dia 7 de setembro, em que Elisa abriu a faixa e fora presa pela polícia.

Elisa tornou-se, desse modo, uma figura que merece a admiração e o carinho de todas as mães brasileiras. Como filha da classe operária, ela deu um passo à frente e tomou a posição que a sua consciência política lhe indicava. Desde aquele dia, dia de festa pela independência, Elisa Branco, a militante operária paulista, passou a encarnar um princípio. Elisa merece, por isso, a solidariedade de todos os patriotas (Voz Operária, 1950b).

O texto de *Voz Operária* continuava, afinado que estava com a linha política do Manifesto de Agosto. Dizia que a prisão e o processo judicial contra Elisa, uma “destemida partidária da paz”, refletiam a ferocidade dos “patrões imperialistas americanos” e de seus agentes no Brasil, como Adhemar de Barros, o “sócio do tirano

Vargas”. O objetivo era enviar a juventude brasileira para morrer na Coreia. Como Elisa se opôs ao envio de tropas brasileiras para a guerra, “a reação imperialista concentra seus golpes contra os elementos de vanguarda da classe operária” (*Voz Operária*, 1950b). Foram necessários mais de três meses para que o protesto de Elisa Branco e sua prisão se tornassem um fato relevante para o PCB, momento a partir do qual o partido fez a defesa de sua militante no seu jornal oficial.

Elisa Branco foi indiciada em diversas legislações repressivas, ainda do tempo do Estado Novo. Entre elas, atos contra a segurança do Estado, sob o argumento de que a militante tentara criar divisões nas Forças Armadas. A sentença proferida pelo juiz em 4 de janeiro foi duríssima: quatro anos e três meses de detenção.

No dia seguinte, 5 de janeiro de 1951, passados quase quatro meses, Elisa surgiu na primeira página no jornal comunista *Imprensa Popular*. Parece ter sido necessária a condenação para que ela se tornasse notícia naquele periódico. A matéria era sobre a sentença de Elisa Branco. Após reconstituir os acontecimentos no Vale do Anhangabaú e denunciar a injusta condenação, o artigo concluía: “a liberdade de Elisa Branco está nas mãos dos patriotas, especialmente das mulheres de todo o país” (*Imprensa Popular*, 1951a). A matéria transformou Elisa em personagem histórico e seu protesto com a faixa num símbolo na luta contra a guerra e pela paz. A partir da condenação, Elisa Branco tornou-se personagem de destaque nos jornais no PCB.

Elisa é notícia

Elisa converteu-se em notícia na imprensa comunista, tanto em *Voz Operária* quanto em *Imprensa Popular*. A primeira vez que ela enviou notícias do presídio não foi para falar de si mesma, mas para homenagear Luís Carlos Prestes pela passagem de seu 53º aniversário, demonstrando sua admiração pelo líder maior do partido. Na edição de 14 de janeiro, *Imprensa Popular* publicou a seguinte mensagem da prisioneira:

Hoje, aqui da minha cela, na casa de Detenção de São Paulo, após ter sido condenada a 4 anos e 3 meses, num processo infame contra mim movido por lutar contra o envio de tropas brasileiras para a Coreia, o meu primeiro pensamento é para vós. Saudando o vosso 53º aniversário, manifesto mais uma vez a inabalável disposição de prosseguir na luta patriótica pela paz de que sois o grande líder em nosso país, confiante em que as forças da guerra e da opressão serão totalmente derrotadas também no Brasil (Imprensa Popular, 1951b).
O nome de Elisa Branco, no início de 1951, tomava

visibilidade. O escritor, dramaturgo e jornalista Afonso Schmidt publicou um poema cuja tema era Elisa. Os versos diziam:

*Lisa Branco, a rosa das obreiras,
Saiu à rua e cheia de coragem
Divulgou a patriótica mensagem
Entre suas conscientes companheiras;*

*Esposas, noivas, mães, de nossa terra,
Lutemos para que nenhum soldado
De nosso coração seja mandado
Para a fogueira dessa iníqua guerra!*

*Seu gesto, Elisa Branco, foi sublime!
Howve, no entanto, quem julgasse crime
O grito de seu nobre coração...
E a justiça, por vê-la forte e boa
Obedeceu a Truman: condenou-a
A quatro longos anos de prisão! (Schmidt, 1951).*

A partir daí, as manifestações pela liberdade da militante foram constantes nos jornais comunistas. Em fins de janeiro de 1951, a Federação de Mulheres do Espírito Santo enviou telegrama ao Superior Tribunal de Justiça de São Paulo protestando de maneira veemente contra a prisão de Elisa (*Imprensa Popular*, 1951c). Logo foi constituída a Comissão Central de Solidariedade, sob a presidência do militante comunista Milton Lobato. Nas páginas de *Imprensa Popular*, a denúncia seguia os parâmetros instituídos pelo Manifesto de Agosto. Para o autor, o ato de Elisa Branco expressava o sentimento do povo brasileiro, que “não acompanha a situação de traição dos nossos governantes feudais burgueses e não está disposto a servir de bucha nas aventuras do imperialismo ianque” (Lobato, 1951).

Voz Operária, por sua vez, também tinha matérias sobre Elisa Branco. Em fevereiro, o jornal publicou, com destaque, carta de Anita Silva, de Belo Horizonte:

*Elisa, nossa companheira.
Nós, mulheres, não sabemos exprimir a revolta que sentimos em vê-la encarcerada nas masmorras malditas da reação. Sentimos que alguma coisa falta ao nosso lado. É a sua voz, sua fibra de mulher lutadora que grita clamando por justiça, paz e liberdade.
Elisa, o seu exemplo nos dá força e coragem. [...]
(Silva, 1951).*

Da pequena cidade de Goiandira, no estado de Goiás, uma nota de solidariedade assinada por 58 pessoas protestava contra a prisão de Elisa. Todos questionavam se protestar

contra o envio dos filhos para a Guerra da Coreia constituía crime. “Cremos e temos certeza”, responderam eles, “que todos os brasileiros honestos, patriotas e amantes da Paz não reconhecem isto como crime” (Belchior *et al.*, 1951).

Do anonimato característico de um militante comunista, Elisa Branco tornou-se notícia na imprensa do PCB. O objetivo, evidentemente, era denunciar a grave injustiça, mas também tensionar a militância, apresentando Elisa como um modelo de revolucionária, um exemplo de como deveria ser e atuar um militante do PCB (Ferreira, 2002, p. 91).

Porta-voz oficial do partido, *Voz Operária* apresentava Elisa Branco como modelo a ser seguido. “Sua vida”, afirmava a matéria no jornal, “é toda ela uma vida de lutas em favor da causa da democracia e da independência nacional”. Mais ainda:

É a dona de casa que se pôs à frente da luta contra a carestia da vida, organizando comissões femininas, é a professora de costura e alfabetização dos associados do Comitê Democrático do bairro de Fortaleza, é a destacada lutadora contra a cassação do registro eleitoral do PCB e os mandatos comunistas. Elisa Branco é a encarnação da bravura e do nobre sentimento de solidariedade das mães brasileiras. [...] Sua figura avulta no panorama da grande luta como a de uma leal filha da classe operária brasileira (Voz Operária, 1951c).

Em sua pesquisa sobre a imprensa comunista, Juliana de la Torres afirma que o Partido Comunista expressava “uma visão tradicional do feminino, tomando o lar como espaço por excelência da mulher”, associando suas lutas ao bem do próprio lar, dos filhos e da família (Torres, 2010, p. 82). Particularmente nas campanhas pela paz, continua a autora, havia “o importante papel a ser desenvolvido pelas mães e esposas e mulheres em geral” (Torres, 2010, p. 92). Marcelly Cruz e Éder Silveira, por sua vez, afirmam que, nessa época, os comunistas investiram em um modelo ideal de militante, reproduzindo e reafirmando “papéis de gênero nas estruturas hierárquicas em que se organizavam os grupos comunistas”. Ainda segundo suas conclusões, “travestidas de conceitos sólidos e intransponíveis, as normativas de gênero eram inscritas na formação do/a militante” (Cruz e Silveira, 2018, p. 273-274). O estudo de Betzaida Tavares converge no mesmo sentido, o de exaltar o modelo feminino como “companheiras abnegadas e dispostas ao sacrifício”. Para a historiadora, as virtudes desse modelo eram a de reforçar o papel tradicional da mulher como “mãe exemplar” e “esposa dedicada” (Tavares, 2009, p. 106).

Nos discursos do partido há uma dupla dimensão em que as mulheres são inseridas. Elisa Branco, como vemos, é a “dona de casa”, mas que “luta contra a carestia”.

Ela também é a professora de costura e de alfabetização e, ao mesmo tempo, organizadora de comissões femininas. Nas páginas dos jornais comunistas, ela é situada no papel tradicional da mulher – mãe, esposa, dona de casa –, mas que atua no espaço público. A dupla dimensão está presente em várias citações anteriores não apenas sobre Elisa, mas sobre as mulheres em geral: como nos versos de Afonso Schmidt em que “esposas, noivas e mães” devem lutar para que nenhum soldado seja enviado para a guerra. Ou ainda no texto de *Voz Operária*, também citado anteriormente, em que Elisa era admirada por “todas as mães brasileiras” pela posição tomada “que a sua consciência política lhe indicava”. É nesse sentido que Rachel Soihet afirma, com razão, que os comunistas “mantiveram com as mulheres uma relação ambígua. Por um lado, acentuavam a necessidade de fazê-las participar de forma mais incisiva das atividades partidárias”, evitando que elas sucumbissem às concepções burguesas. “Por outro lado, o movimento comunista oficial reservava às mulheres um papel subalterno” nas instâncias decisórias do partido (Soihet, 2013, p. 173).

Voz Operária exigia maior esforço e dedicação da militância nas campanhas pela paz, tendo como exemplo Elisa Branco. A referência da militante para os correligionários aumentou com o passar de poucos meses. Em junho, líderes do Movimento Juvenil pela Interdição das Armas Atômicas lançaram manifesto conclamando os jovens a lutarem pela paz e contra a participação brasileira na Guerra da Coreia. No texto, concluíam: “tomemos em nossas mãos a bandeira de Elisa Branco e carregamo-la bem alto” (Imprensa Popular, 1951d).

Notícias da prisão

Quase cinco meses após a prisão de Elisa Branco, em 4 de fevereiro de 1951, *Imprensa Popular* publicou uma carta redigida por ela. Ela iniciava relatando que, na cela em que se encontrava, naquela “casa de castigo”, havia mulheres que poderiam ter sido úteis à “nossa Pátria, não fosse a miséria que as arrastou para o crime”. E, naquele momento, em sua cela, afirmava: “tenho o meu pensamento sempre voltado para as milhares de mães, como eu” (Branco, 1951). As notícias que chegavam eram poucas – prosseguia –, mas é possível perceber que, a cada dia, cresce o perigo de nova guerra e aumenta a submissão do governo brasileiro “aos americanos que desgraçam tantos povos”. E continua:

Isso aflige meu coração. [...] Não criamos nossos filhos para a guerra. Para eles sonhamos e procuramos sem cessar um novo mundo de felicidade, de igualdade e de justiça. E está tão próxima essa nova vida, que o

nosso esforço pela paz é nada quando sabemos que a guerra visa destruí-la ou retardá-la para os milhões de criaturas que por ela anseiam (Branco, 1951).

Elisa afinava seus argumentos aos dos redatores de *Voz Operária e Imprensa Popular*: falava em nome do amor maternal e da defesa da vida dos filhos. Eram argumentos, sem dúvida, bastante eficazes no apelo emotivo. Mas Elisa também compartilhava de crenças comuns aos comunistas. Na imaginação deles, era certa a vitória das forças revolucionárias sobre o capitalismo. É Elisa quem escreve: “a paz vencerá; a fera guerreira que destrói a liberdade e tantas vidas será destruída pela própria guerra, se avançar na aventura de um ataque armado aos povos livres” (Branco, 1951). No entanto, reconhecia que, até aquele momento, milhares de mães brasileiras ainda não haviam tomado conhecimento do perigo que ameaçava os filhos. E isso, continuava, “por culpa nossa”. Os militantes, portanto, tinham que se esforçar ainda mais para conscientizar o povo. E daí Elisa pergunta:

Que mãe não sentirá horror em só pensar que as mãos dos filhos que amamentaram e viram crescer se tinjam do sangue de tantos inocentes ou bravos patriotas, nas longínquas terras da Coreia? Que mãe deixará que seu próprio filho morra perdido nos campos gelados daquele país onde tropas estrangeiras destroem cidades e matam famílias inteiras? (Branco, 1951).

Elisa incentivava os militantes a se esforçarem nas tarefas das campanhas pela paz. Ela terminou a carta fazendo um apelo para que as mães acordem, se unam e se organizem. E expressa o sentido da vida de um militante revolucionário: “quando sabemos que a nossa causa tem o rumo da vitória, é bom viver pela vida dos nossos irmãos e por toda a beleza que ela encerra” (Branco, 1951). Elisa assumia o discurso partidário que apontava para a dupla inserção da mulher: no papel de mãe no espaço privado e na militância nas campanhas pela paz no espaço público.

A vida na Casa de Detenção era muito difícil. Ela não podia receber jornais. As visitas eram duas vezes por semana, quintas e domingos, durante 30 minutos – e mesmo assim por parentes próximos. Em entrevista a Emmo Duarte, ela disse que recebia a visita do marido e das duas filhas separados por uma tela de arame. Ela não podia tocar nas filhas. “No princípio”, afirma, “não suportava isto. Ficava com a vista turva; tinha tonturas. Mas agora já me acostumei”. Emmo Duarte reitera o heroísmo de Elisa na luta pela paz e o ódio “da reação feudal-burguesa” que se abateu sobre ela (Duarte, 1951). Na entrevista, ela denunciou que tentavam forjar um novo processo judicial. Segundo seu relato, dentro da Casa de Detenção as prisioneiras viviam sob regime de miséria e que a comida era

da pior qualidade, resultando “em cólicas e desarranjos”. Por isso, elas adquiriram pequenos fogões para cozinhar seus alimentos. Como o diretor do presídio proibiu o uso dos aparelhos, elas os queimaram. Duas detentas foram instruídas a acusar Elisa de liderar a revolta. A entrevistada relatou que ganhou uma máquina de costura e que passou a trabalhar “para as meninas” e alguns presos. Finalizou a entrevista com afirmações cada vez mais afinadas com os argumentos do PCB e dos jornais comunistas:

Que a solidariedade do povo à minha pessoa se transforme em todo o território nacional num poderoso movimento de massas que possa impedir a partida para a guerra infame da Coreia dos soldados, nossos filhos. Confio na força dos partidários da paz. Que se agite em todos os pontos de nossa pátria e se transforme em realidade a faixa que desfraldei no Vale do Anhangabaú: “Os Soldados, Nossos Filhos, Não Irão Para a Coreia”: Haveremos de conquistar a paz! (Duarte, 1951).

Elisa escrevia alinhada com a linha política do partido e contribuía para tensionar a militância no esforço da Campanha pela Paz.

A prisão de Elisa tornou-se assunto na Câmara Municipal de São Paulo. O presidente da casa, vereador André Nunes Jr., manifestou-se favorável à concessão de anistia a todos os presos políticos do país. O vereador Jânio da Silva Quadros fez pronunciamento no mesmo sentido e citou nominalmente Elisa Branco, qualificando de absurda a sentença a que ela fora condenada e que, no regime democrático, ninguém pode ser julgado por crimes de ideias (*Imprensa Popular*, 1951e).

Em fevereiro de 1951, o advogado Sinval Palmeira impetrou novo *habeas corpus* a favor de Elisa Branco no Supremo Tribunal Federal. O primeiro tinha sido em setembro do ano anterior. Palmeira fundamentou a ação alegando que a militante não cometera crime algum e que sua condenação, sob alegação de tentar derrubar o governo, não fazia sentido. O advogado sustentou que ela apenas abrisse uma faixa com dizeres contra o envio de jovens para lutar na Coreia (*Imprensa Popular*, 1951f).

A partir de fevereiro, a imprensa comunista aumentou o número de matérias sobre Elisa Branco e sua prisão. Os relatos se repetiam, invariavelmente destacando o seu ato de coragem e ousadia ao abrir a faixa e defender a paz mundial. Discorriam sobre a injusta sentença condenatória, a prisão, a solidariedade que ela recebia, as denúncias contra os objetivos bélicos dos Estados Unidos. Em *Imprensa Popular*, colunas assinadas eram sistematicamente publicadas sobre a prisão de Elisa.

Com a proximidade do julgamento do *habeas corpus* pelo STF, um abaixo-assinado contra a sentença conde-

natória de Elisa Branco foi enviado aos ministros daquela corte. Assinaram políticos, como vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o então deputado estadual Jânio Quadros, vários professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, entre diversos outros nomes, destacando-se Caio Prado Jr., Affonso Schmidt, Nelson Pereira dos Santos, Abguar Bastos, além de dirigentes de organizações políticas, como a Federação das Mulheres do Brasil, a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, a União Estadual dos Estudantes, o Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e algumas comissões de solidariedade (Imprensa Popular, 1951g).

Para decepção daqueles que se moviam pela libertação de Elisa Branco, em 14 de março, *Voz Operária* noticiou que, por unanimidade, os ministros do STF rejeitaram o pedido de *habeas corpus*. Elisa continuaria cumprindo a sentença no presídio (Voz Operária, 1951d).

O desapontamento com a decisão do STF foi grande entre os comunistas, e, em abril, a campanha nos jornais comunistas aumentou o tom das acusações. Em 6 de abril, *Imprensa Popular* denunciou que Elisa Branco corria perigo de vida por estar com a saúde muito debilitada. O relato que saiu no jornal sobre o momento da prisão da militante, no Vale do Anhangabaú, difere dos anteriores. Noticiava que, ao ser presa, os policiais espancaram-na a ponto de quebrarem “a maior parte de seus dentes”. O problema de saúde de Elisa, segundo o jornal, tinha origem na sua prisão, em 1949, quando ela fora espancada com “requintes de sádica bestialidade”. Eles bateram sobretudo na região dos rins. Elisa estava grávida e, devido às violências, abortou o feto. Desde aquele dia, passara a sofrer de frequentes hemorragias. Mais tarde, um médico constatou a existência de um tumor uterino. O tratamento com radioterapia amenizou o problema, mas a prisão, em 1950, e os novos espancamentos resultaram na volta das hemorragias. Ordem judicial para que ela recebesse cuidados médicos foi expedida, mas desobedecida pelos policiais do DOPS. O deputado estadual Jânio Quadros exigiu providências em um discurso na Assembleia Legislativa, mas também não obteve sucesso. A matéria do jornal concluía que Elisa estava com a vida ameaçada (Imprensa Popular, 1951h).

As denúncias de *Imprensa Popular* merecem ser investigadas em sua veracidade. É verdade que a prática policial no Brasil, daquela época até os dias atuais, é conhecida pela atroz violência. No entanto, não há registros na própria imprensa comunista de que, no ato de sua prisão, no Vale do Anhangabaú, ela tenha perdido a maioria dos dentes. Com relação à prisão, em 1949, nenhum relato anterior fez referências a aborto, muito menos a tumor uterino. O objetivo dos relatos

na matéria jornalística, bastante dramáticos, era o de defender Elisa.

O surgimento de um símbolo

A causa para libertar Elisa Branco foi assumida por nomes de expressão dentro do PCB. Em fevereiro de 1951, quatro meses após a prisão dela, o escritor comunista Dalcídio Jurandir publicou um artigo em *Imprensa Popular*. Ele repetiu o argumento que se tornou comum nos relatos oficiais do partido: Elisa agiu por iniciativa própria na defesa dos jovens, lutando para que eles não morressem na Coreia. O feito foi a atitude de uma “mãe” que expressou o sentimento de “todas as mães” e não o ato de uma militante comunista. O texto de Dalcídio Jurandir é um marco na história de Elisa porque ele a transforma em um símbolo:

como nós nos orgulhamos dela! [...] Jovens brasileiros, olhai para esse cárcere. Ali está também a vossa honra, a vossa estrela, um coração que, em plena rua, foi como um canto em vossa defesa. Arrancai-a do cárcere, porque é vossa mãe também (Jurandir, 1951).

Outro autor muito prestigiado entre os comunistas e na vida literária brasileira a homenagear Elisa Branco foi Jorge Amado. Em artigo que honrava Olga Benário, ele inicia dedicando suas palavras à própria Olga e às mulheres brasileiras que lutavam pela paz, “simbolizando-as” em Elisa Branco – “condenada pelos servos dos provocadores de guerra, a quatro anos de prisão” (Amado, 1951). Jorge Amado assumiu a causa da libertação de Elisa. Em maio viajou para Moscou a convite da União dos Escritores Soviéticos. Em entrevista à Agência Tass, entre diversos temas tratados, ele fez referência à militante, “simples mulher e mãe brasileira”, presa e condenada, mas ainda na luta dentro do presídio. “Suas palavras”, afirmou Jorge Amado, “ressoam em todo o país e aumentam as fileiras dos partidários da paz” (Imprensa Popular, 1951i).

Os textos se repetiam, ressaltando a luta de uma mãe para salvar os filhos da guerra, lutando pela paz. Como vemos, a campanha pela libertação de Elisa atingiu grandes proporções. Cabe chamar a atenção, no entanto, que a imensa dedicação da imprensa comunista à libertação de Elisa tem relação com o fato de ela ser mulher e mãe. Diversos outros militantes comunistas homens estavam presos e nenhuma campanha pela libertação deles foi realizada. *Voz Operária*, em junho de 1951, cita diversos homens indiciados por atentar contra a segurança do Estado e presos, tal como Elisa, sem que nenhuma campanha fosse realizada pela li-

bertação deles (Voz Operária, 1951e). Ela recebeu do partido tratamento diferenciado.⁴

O nome de Elisa, em meados de 1951, era citado por importantes personalidades da vida brasileira, como Jorge Amado, mas também do exterior, como Pablo Neruda. Em artigo escrito em conjunto, os dois escritores se dirigiram “aos intelectuais, aos homens progressistas, às organizações culturais e de massa de todo o mundo”. Denunciaram o terror desencadeado pelos Estados Unidos para eliminar as liberdades democráticas e as intenções de seus governantes de desencadear uma nova guerra. Em certo momento, Amado e Neruda fazem referências a Elisa Branco, “uma simples mãe de família”, que, por protestar contra o envio de jovens brasileiros para a Coreia, foi presa e “torturada pela polícia a tal ponto que, estando grávida, perdeu seu filho”. Para os escritores, “o bárbaro tratamento e a condenação de Elisa Branco não são fatos casuais”. O objetivo era amedrontar as mães da América Latina e impedir qualquer protesto contra o envio de tropas militares para a guerra na Coreia (Neruda e Amado, 1951). De maneira muito perspicaz, Betzaida Tavares chama a atenção para um aspecto construído sobre a imagem de Elisa: a conversão de um ato individual em uma expressão universal dos interesses do povo. “É através dessa conversão”, diz a historiadora, “que Elisa se tornou uma mulher exemplar” (Tavares, 2009, p. 108).

É curioso como os comunistas insistiam na possibilidade de o governo brasileiro enviar tropas para compor o contingente militar liderado pelos Estados Unidos na guerra contra a Coreia do Norte. Quando o conflito começou, em junho de 1950, não houve, por parte do governo brasileiro, nenhuma manifestação sobre enviar tropas, mesmo por parte da cúpula militar. Tampouco houve apoio na imprensa, como ocorrera nos anos 1940 (Semm, 2016, p. 72). Somente em junho de 1951, quando Elisa ainda estava presa, a Secretaria-Geral da ONU solicitou o envio de tropas brasileiras para lutar na Coreia. O presidente Getúlio Vargas convocou o Conselho de Segurança Nacional. A avaliação do presidente e dos membros do Conselho foi a de que o país não tinha como arcar com os custos da mobilização. A contribuição brasileira se restringiria a fornecer minerais estratégicos, tendo como contrapartida 50 milhões de dólares para reequipar o Exército brasileiro (FGV-CPDOC, s. d.). A resposta brasileira serviu de base para o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, assinado em março de 1952. Mesmo assim, nos termos do Acordo não houve qualquer referência ao envio de tropas brasileiras para a Coreia.

Um ano de detenção

Com a decisão do STF de negar o *habeas corpus* a Elisa Branco, o PCB mudou sua estratégia de luta. Em junho lançou a campanha pela anistia aos presos políticos. Em *Voz Operária*, o título da matéria era: “Getúlio mantém os cárceres cheios de patriotas e lutadores da paz”. Os redatores do jornal culpavam Getúlio Vargas pela existência de presos políticos. Afirmavam, porém, que a anistia era tradição consagrada no direito brasileiro (*Voz Operária*, 1951d).

Quando Elisa completou um ano de detenção, no dia 7 de setembro de 1951, o próprio Luiz Carlos Prestes escreveu longo texto publicado conjuntamente em *Imprensa Popular* e em *Voz Operária*. Para os militantes comunistas, não se tratava de mais um artigo. Era um texto do líder máximo do proletariado continental. Prestes iniciou referindo-se à injustiça daquela “incrível condenação”. Lembrou que a Constituição assegurava a livre manifestação do pensamento e condenava a guerra. O que Elisa fez, segundo ele, foi “rigorosamente constitucional”, além de ter traduzido os “sentimentos mais nobres do amor materno” (Prestes, 1951).

O repúdio à condenação de Elisa foi a oportunidade para Prestes acusar o imperialismo norte-americano, denunciar a colonização do Brasil e a subserviência dos governos de Dutra e Vargas aos Estados Unidos. Prestes conclamou a militância a exercer pressão sobre deputados e senadores para que, no Parlamento, fosse votada anistia aos presos políticos. “O povo quer a liberdade de Elisa e há de libertá-la!”, concluiu o líder comunista (Prestes, 1951).⁵

Na edição de 9 de setembro, *Imprensa Popular* dedicou uma página inteira à situação de Elisa na Casa de Detenção de São Paulo. Na ocasião, o diretor do presídio impediu os profissionais de *Imprensa Popular* de visitá-la. Elisa estava incomunicável (*Imprensa Popular*, 1951j, p. 6). Os jornalistas tomaram a decisão de ir até a residência da família e lá souberam que, anteriormente, os dois advogados responsáveis pelo processo, Sinval Palmeira e Altivo Ovando, juntamente com Florita e Horieta, conseguiram visitar a prisioneira. Segundo o depoimento das filhas, Elisa “não é mais senão uma sombra do que era” (*Imprensa Popular*, 1951j, p. 6). Em seguida, os profissionais de *Imprensa Popular* tiveram acesso a uma carta escrita por Elisa para Norberto e as filhas:

⁴ Nesse aspecto, vale citar o caso de Agliberto Vieira de Azevedo, personagem de destaque na insurreição comunista de 1935. Em 1950, ele foi preso, acusado de atuar politicamente nas Forças Armadas. Julgado pelo Conselho de Justiça da Aeronáutica, ele foi condenado a quatro anos e quatro meses de prisão. Após cumprir toda a pena, Agliberto foi levado para as dependências do DOPS, onde continuou detido, sendo libertado mediante *habeas corpus*. A situação de Agliberto foi denunciada pela imprensa partidária, mas não houve campanha sistemática por sua libertação, como ocorreu no caso de Elisa.

⁵ O texto foi publicado também em *Voz Operária* na edição de 8 de setembro de 1951, p. 1 e 11.

*Querido companheiro e filhas:
Escrevo ainda dentro das grades, em que a reação me encarcerou, arrancando-me do convívio de vocês, do meu lar, o lar simples e honesto em que sempre vivi, pensando talvez que eu me curvasse e que me vendesse por 30 dinheiros, como se vendem esses canalhas que me prendem aqui.*

Mas cada dia que passo aqui, os horrores que vejo, as arbitrariedades que me fazem, negando-me o que de mais justo peço, mais me revoltam contra eles, e mais me encorajam para lutar contra a guerra, a miséria e pela emancipação de minha pátria. Aproveito esta para enviar a vocês os primeiros fios de cabelos brancos – pois foi para as colegas de xadrez uma novidade encontrarem cabelos brancos em mim – criados aqui neste cárcere.

Como veem, criei cabelos brancos aqui dentro destas quatro paredes, onde Getúlio e Garcez me encarceram, mas podem crer que aqui criei também mais ódio a esses sugadores do sangue do povo. Criei também mais consciência de luta e me retemperei para as lutas vindouras. Levem às companheiras de Santos e aos mais modestos camponeses e operários, que me têm trazido sua solidariedade e têm me ajudado a suportar estas algemas tão pesadas, os meus mais sinceros agradecimentos. Lembranças a minha afilhada Stalina Prestes Viva, cujo nome há de ser o exemplo do socialismo em nossa Pátria. Recebam as minhas saudades e muitos abraços de sua mãe e companheira.

Elisa (Imprensa Popular, 1951j, p. 6).

Mesmo em momento mais doloroso, escrevendo ao marido e às filhas, Elisa não deixou de ser a militante comunista. O conteúdo da carta é eminentemente político. Quando se refere ao surgimento de cabelos brancos, o faz para denunciar a opressão dos governantes. Apenas na última linha ela manifesta sentimentos pessoais. Sua atitude é compreensível se observarmos as crenças e os valores revolucionários. Ao aderir ao comunismo, o militante adquire nova identidade social e maneira de ser no mundo, superando o individualismo, o sentimentalismo e a vaidade pessoal. Na avaliação de Gérard Vincent, “a vida familiar é inteiramente subordinada às exigências da militância” (1992, p. 442). Todas as dimensões da vida estão voltadas para a política, inclusive o que chamamos de vida pessoal e familiar.

Os advogados entraram com novo recurso no STF insistindo na liberdade de Elisa. No dia 10 de setembro, possivelmente para pressionar os ministros do Supremo, Elisa Branco e mais duas presas entraram em greve de fome (Imprensa Popular, 1951k).

No dia 20, os ministros do STF decidiram o destino de Elisa Branco. O ministro Hanneman Guimarães

votou pela absolvição; o ministro Abner de Vasconcelos acompanhou o voto, afirmando ser muito compreensível uma senhora ir às ruas para dizer que os filhos não iriam à guerra; Nelson Hungria também votou pela absolvição, argumentando que os jornais e os jornalistas é que deveriam ser condenados por promoverem campanha favorável à guerra. Diferente foi o voto do ministro Rocha Lagoa, que preferiu manter a condenação, mas com redução da pena; o mesmo fez o ministro Luis Galotti, o qual justificou sua decisão pelo fato de Elisa ser comunista; o ministro Mario Guimarães votou pela manutenção da pena a que a militante foi condenada. Com o empate, quem decidiu com o voto de minerva foi o presidente do STF, ministro Orozimbo Nonato, que deliberou pela absolvição. Em seu pronunciamento, ele ressaltou: “sempre desempato a favor do réu, mas agora votaria de qualquer modo pela absolvição, pois não vejo crime no gesto de Elisa Branco”. Elisa, por sua vez, foi econômica ao receber a decisão STF: “fico satisfeita com mais essa vitória do povo. Precisamos arrancar os outros [da cadeia]. Quanto a mim, a luta continua” (Imprensa Popular, 1951l).

A militante somente foi libertada no dia 22 de setembro. Uma multidão a recebeu, segundo relato de *Imprensa Popular*, com “emoção e caloroso entusiasmo”. Podiam-se ouvir fogos de artifícios, e flores foram jogadas ao chão para que ela caminhasse. Todos foram em passeata até a Câmara Municipal da cidade, e três vereadores a saudaram em nome do presidente da casa. Elisa certamente estava agradecida pela manifestação de vários vereadores a favor de sua libertação. Depois a passeata prosseguiu até a sede do Sindicato dos Bancários, para em seguida visitar a redação do jornal comunista *Notícias de Hoje*. A manifestação terminou na sede da Federação das Mulheres de São Paulo, onde tudo começou (Imprensa Popular, 1951m).

Rumo ao esquecimento

Elisa Branco tornou-se nome bastante conhecido entre a militância no início dos anos 1950. Sua ousadia em abrir a faixa de protesto e os sofrimentos que passou durante um ano no presídio mobilizaram os comunistas. Os dirigentes partidários lutaram pela sua libertação, mas também se utilizaram da imagem de Elisa para mobilizar a militância a cumprir as tarefas nas campanhas pela paz. Ela era a militante, a mãe, a esposa e a mulher que, atuando no espaço público, foi presa por se manifestar contra a guerra.

Em liberdade, Elisa foi integrante da Diretoria do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz e membro do Conselho Mundial da Paz. Participou de congressos internacionais pela paz, além de concorrer a cargos legislativos.

Em fins de 1952 e início de 1953, o nome de Elisa Branco novamente circulou entre a militância comunista.

Naquele ano ela ganhou o Prêmio Stalin Internacional da Paz entre os Povos, conhecido como Prêmio Stalin da Paz. O prêmio foi instituído em 1949, no 70º aniversário de Stálin. Para o movimento comunista da época, tratava-se de uma honraria inestimável. O primeiro brasileiro a ser premiado foi o escritor Jorge Amado, em 1951. No ano seguinte, foi a vez de Elisa Branco. O terceiro e último brasileiro a receber o prêmio foi o arquiteto Oscar Niemeyer, em 1963, embora com outro título: Prêmio Lenin da Paz. Elisa, portanto, estava ao lado de dois nomes de destaque da cultura do país

O nome de Elisa esteve permanentemente na imprensa comunista ao longo do ano de 1951. *Voz Operária*, porta-voz oficial do PCB, era publicado em edição semanal. Durante aquele ano, quando Elisa esteve presa e grande campanha foi promovida para sua libertação, o jornal teve, no total, 53 edições. Dessas, o nome de Elisa apareceu em 37 – ou seja, em 69,8% dos exemplares do periódico daquele ano.

Imprensa Popular era jornal diário, com exceção de domingo e das segundas-feiras, dias em que não circulava. Em 1951, o periódico teve, no total, 281 edições. Elisa foi citada em 125 delas – o equivalente a 44,4% dos exemplares do ano. Isso significa que a militante esteve presente em metade da edição anual.

Quero, com esses dados, ressaltar que Elisa Branco tornou-se muito conhecida pela militância partidária. A iniciativa de abertura da faixa, a condenação, a prisão e a campanha pela sua libertação eram eventos que os militantes conheciam muito bem.

Elisa Branco continuou nas páginas de *Imprensa Popular* após sua libertação. Em 1952 e 1953, ela aparece nas edições, mas em números bem menores. A mudança visível ocorreu nos anos seguintes: sete vezes em 1954, seis em 1955 e duas em 1956. Em 1957, ela desaparece do jornal. Em 1958, último ano da existência do periódico, ela também não é citada.

Em *Voz Operária*, seu nome surge com regularidade entre 1950 e 1953. Em 1954 sua presença diminui sensivelmente, para apenas 6%. Não há como saber sobre o ano de 1955, porque o jornal não está disponível para consulta. No entanto, de 1956 até 1959, último ano de existência do jornal, Elisa não é citada uma única vez. Ela também sumiu do noticiário desse periódico.

A partir de 1956/1957, Elisa Branco não aparece nas páginas dos dois principais periódicos da imprensa comunista *Voz Operária* e *Imprensa Popular*. Não houve “expurgo” ou expulsão. Ela tampouco foi uma dissidente ou abandonou o partido. Apenas foi ignorada pelos meios de comunicação, caindo sobre ela o esquecimento. É possível levantar uma hipótese: em 1956, Nikita Krushev denunciou os graves crimes cometidos por Stalin, dando

início ao processo conhecido por “desestalinização”. Desse modo, ter ganho o Prêmio Stalin da Paz passou a ser problemático. Lembremos que Jorge Amado deixou o partido ao tomar conhecimento das denúncias de Krushev, mas Elisa continuou. Niemeyer é caso à parte, porque ganhou o Prêmio Lenin da Paz, não o Stalin.

Assim como surgiu nos jornais, ela desapareceu. Mas não apenas dos jornais comunistas. Na produção historiográfica sobre o PCB praticamente nada há sobre Elisa Branco, nem mesmo nas biografias e nas memórias de integrantes destacados do partido. O silêncio sobre ela resultou em esquecimento.

Elisa foi presa após o golpe civil-militar de 1964, ficando detida por oito dias. A seguir, foi indiciada no processo conhecido como “Cadernetas de Prestes”, presa por quase um mês e posteriormente absolvida. Em 1971, no auge do terror da ditadura, sua casa foi invadida e ela foi novamente presa por alguns dias. Em 1980, deixou o PCB, acompanhando Luiz Carlos Prestes. Em março de 2000, aos 87 anos, ela participou da refundação do partido, chamado de Partido Comunista Marxista-Leninista (PCML). A agremiação era de vertente prestista, e Elisa compôs sua direção nacional.

Elisa faleceu no ano seguinte, em 8 de junho de 2001.

Fontes

- APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/Santos.
Diário da Noite (SP).
Imprensa Popular (RJ).
Voz Operária (RJ).

Referências

- AMADO, J. 1951. Olga Benário Prestes. Vitoriosa sobre a dor e a morte. *Imprensa Popular*. 1951. Rio de Janeiro, 4 maio, p. 3.
APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Sem data. “Seção de Arquivo e Fichário do “SS” Serviço de Informações”. São Paulo, Acervo DEOPS/Santos, nomenclatura: BR_SP_APESS_DEOPS_SAN_P006035_01; prontuário 6035.
BELCHIOR, R. F. et al. 1951. Solidariedade a Elisa Branco. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 3 fev., p. 9.
BERSTEIN, S.; MILZA, P. (dir.). 2007. *História do século XX: 1945-1973: O mundo entre a guerra e a paz*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, vol. 2.
BITTENCOURT, F. 1996. Isto É Gente. Testemunhas do século. Elisa Branco, 87 anos. A costureira que ganhou o Prêmio Stalin. Disponível em: <https://www.terra.com.br/istoegente/42/testemunha/index.htm>. Acesso em: 19/02/2020.
BRANCO, E. 1951. Dirige-se Elisa Branco a todas as mães do Brasil. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 4 fev., p. 6.
BOSI, E. 1987. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Editora da USP.

- CRUZ, M. M.; SILVEIRA, E. S. 2018. Gênero, educação e cultura política comunista: reflexões sobre narrativas de mulheres militantes. *Textura*, **20** (44): 272-288.
- DIÁRIO DA NOITE. 1950a. Distribuíam panfletos na parada de ontem. São Paulo, 8 de set., p. 7.
- DIÁRIO DA NOITE. 1950b. O Partido Social Trabalhista apresenta sua lista de candidatos para as próximas eleições. São Paulo, 11 set., p. 13.
- DIÁRIO DA NOITE. 1950c. Presa por perturbar o desfile das tropas. São Paulo, 15 set., p. 8.
- DUARTE, E. 1951. "Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coréia". *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 12 fev., p. 3.
- FERREIRA, J. *Prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói/Rio de Janeiro, Eduff/Mauad, 2002.
- FGV-CPDOC, sem data. *Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1951)*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952>. Acesso em: 10/11/2020.
- GRABOIS. Fundação Maurício Grabois. 2011. A comunista que evitou uma guerra para os brasileiros. Disponível em <http://www.grabois.org.br/cdm/noticias/143600/2011-05-11/a-comunista-que-evitou-uma-guerra-para-os-brasileiros>. Acesso em 19/02/2020.
- IMPrensa POPULAR. 1951a. Monstruosa sentença contra Elisa Branco. Rio de Janeiro, 5 jan., p. 1 e 4.
- IMPrensa POPULAR. 1951b. Notícias dos estados. Rio de Janeiro, 14 jan., p. 2.
- IMPrensa POPULAR. 1951c. Solidariedade a D. Elisa Branco. Rio de Janeiro, 30 jan., p. 6.
- IMPrensa POPULAR. 1951d. Quarenta mil vidas. Rio de Janeiro, 30 jun., p. 4.
- IMPrensa POPULAR. 1951e. Ampla anistia aos presos e perseguidos políticos. Rio de Janeiro, 12 fev., p. 3.
- IMPrensa POPULAR. 1951f. Não informou o juiz fascista sobre o processo de Elisa Branco. Rio de Janeiro, 21 fev., p. 1.
- IMPrensa POPULAR. 1951g. Justiça para Elisa Branco. Rio de Janeiro, 28 mar., p. 3.
- IMPrensa POPULAR. 1951h. Elisa Branco em perigo de vida. Rio de Janeiro, 6 abr., p. 1 e 4.
- IMPrensa POPULAR. 1951i. Cada palavra sobre a URSS inspira milhões de pessoas. Rio de Janeiro, 18 maio, p. 3.
- IMPrensa POPULAR. 1951j. Elisa Branco incomunicável. Rio de Janeiro, 9 set., p. 6.
- IMPrensa POPULAR. 1951k. Elisa Branco em greve de fome pela liberdade. Rio de Janeiro, 11 set., p. 1.
- IMPrensa POPULAR. 1951l. Vitória de uma campanha que durou mais de um ano. Rio de Janeiro, 21 set., p. 1.
- IMPrensa POPULAR. 1951m. Libertada Elisa Branco. Rio de Janeiro, 25 set., p. 1.
- JURANDIR, D. 1951. Elisa e a paz. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 16 fev., p. 2.
- LOBATO, M. 1951. Libertemos Elisa Branco. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1º fev., p. 3.
- LOWE, N. 2011. *História do mundo contemporâneo*. 4ª ed. Porto Alegre, Artmed Editora.
- MARTA, L. B. 2007. Projeto Integrado. Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. Documentos em destaque. Elisa Branco, a heroína da paz! Disponível em: <http://www.usp.br/proin/inventario/destaques.php?idDestaque=7>. Acesso em: 21/02/2020.
- MORENTE, M. C. O. 2015. *Invasão do mundo público: Movimento de Mulheres (1945-1964)*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História da Universidade de São Paulo, 130 p.
- MOTTA, R. P. S. 2002. *Em guarda contra o "perigo vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva/Fapesp.
- NERUDA; AMADO. 1951. Mensagem de Pablo Neruda e Jorge Amado à opinião mundial. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 8 jul., p. 3.
- NUNES, G. M. 2019. Elisa Kauffman Abramovich: classe, gênero e identidade na vida de uma professora judia e comunista. *Cadernos de História*, **20**(32): 48-73.
- PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- PRESTES. 1951. Elisa Branco. Presa e condenada por ordem de Truman será libertada pelo povo. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 5 set., p. 1 e 4.
- REIS, D. A. 2014. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RIBEIRO, J. F. 2011. *Combatentes da Paz: Os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas nos anos 1950*. Rio de Janeiro, 7 Letras/Faperj.
- RODRIGUES, L. M. 1983. O PCB: os dirigentes e a organização. In: Boris FAUSTO (dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*, 3º vol. São Paulo, Difel, p. 361-443. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- RODRIGUES, T. M. 2019. Notas sobre a participação partidária das comunistas no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, **11**(22): 11-37.
- SANTANA, M. A. 2001. *Homens partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Mestrado em Memória Social e Documento.
- SEMM, A. 2016. "Carne pra canhão!" – *A imprensa e o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1950-1953)*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação (Mestrado em História) – Programa em Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SCHMIDT, A. 1951. Elisa Branco. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 21 jan., p. 3.
- SCHMIDT, B. 2006. Gilda e Lila: duas maneiras de ser mulher e comunista em Porto Alegre nas décadas de 1940 e 1950. *História Oral*, **9**(2): 9-32.
- SILVA, A. 1951. Carta a Elisa Branco. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 17 fev., p. 9.
- SILVA, F. T.; SANTANA, M. A. 2007. O equilibrista e a política: o "Partido da Classe Operária" (PCB) na democratização (1945-1964). In: J. FERREIRA ; D. AARÃO REIS (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 101-140. (As esquerdas no Brasil, vol. 2).
- SOIHET, R. 2013. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu*, **40**: 169-195.
- TAVARES, B. M. M. 2009. Mulheres exemplares: uma análise do modelo comunista feminino a partir das trajetórias de Elisa Branco e Leocádia Prestes. In: R. P. S. MOTTA (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, Argumentum, p. 105-118.
- TORRES, J. T. 2010. Imagens das mulheres na imprensa comunista brasileira (1945/1957). *Domínios da Imagem*, **4**(7): 77-96.
- VINCENT, G. 1992. Ser comunista? Uma maneira de ser. In: A. PROST; G. VINCENT (org.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 427-457. (Coleção História da vida privada, vol. 5).
- VINHAS, M. 1982. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-*

- 1974). São Paulo, Hucitec.
- VOZ OPERÁRIA. 1953a. Uma vida simples e generosa. Rio de Janeiro, 10 jan., p. 3.
- VOZ OPERÁRIA. 1950b. Pela liberdade de Elisa Branco, Defensora da vida de nossa juventude. Rio de Janeiro, 16 dez., p. 2.
- VOZ OPERÁRIA. 1951c. Elisa Branco, símbolo da solidariedade ao povo coreano. Rio de Janeiro, 7 jul., p. 4.
- VOZ OPERÁRIA. 1951d. Ação em defesa da paz. Um dever humano e de honra lutar pela liberdade de Elisa. Rio de Janeiro, 14 mar., p. 4.
- VOZ OPERÁRIA. 1951e. Pela anistia aos presos e perseguidos políticos. Rio de Janeiro, 2 jun., p. 11.
- ZENI, V. M. 2008. Mulheres comunistas no Paraná: experiências e militância nas décadas de 40 e 50. In: A. CODATO; M. KIELLER (org.). *Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná (1945-1964)*. Curitiba, Editora da UFPR, p. 61-86.

Submetido em: 27/01/2021

Aceito em: 25/05/2021